ANASPS

Jornal ANASPS

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

INFORMATIVO MENSAL ANO 2 - NÚMERO 7 ABRIL'94

Não aceitaremos qualquer perda salarial com as Medidas Provisórias do Governo

O Plano Econômico do Governo Federal submetido ao país pelo então ministro Fernando Henrique Cardoso, hoje substituído por Rubens Ricupero, tem sido implementado através de Medidas Provisórias e está em discussão no Congresso Nacional.
Nossa Diretoria tem apresentado propostas que que evitam perdas salariais para os servi dores públicos. A última, criando uma data-base especial, foi rejeitada, mas vamos insistir, inclusive recorrendo à justiça, se for o caso.

Pág 3

Já estão na Justiça Federal ações para garantir direito dos servidores

Nossa Assessoria Jurídica deu entrada na Justiça Federal com as ações que irão impedir a perda de direito dos servidores da Previdência Social, entre elas, a isonomia com os militares, incorporação do PCCS, diferença de URP etc.

Pág 5

Diferença em quantidade de URVs será paga, mês-a-mês, e atualizada

*A Diretoria de Recursos Humanos do INSS informou à Diretoria da **Anasps** que a folha de pagamento dos servidores previdenciários, paga em abril com o valor da URV de cinco dias antes, será compensada todos os meses, com a devida correção de valores.*

Pág 7

OPINIÃO

Crescimento nos fortalece

*O noticiário dessa edição do **Jornal da Anasps** dá a exata medida de nosso crescimento e empenho como entidade representativa dos servidores previdenciários.*

O quadro social da nossa entidade se expande, a cada dia, acima de nossas expectativas. Queremos crer que isso ocorre em razão da generosidade do previdenciário e de sua fé naqueles que, sem arroubos ou demagogia, defendem os valores comuns a todos, que vão desde a Previdência Social pública, forte, saudável e democrática, até a mais legítima e dedicada defesa de seus servidores, sejam eles da ativa ou aposentados.

Estamos atuando em todas as esferas em Brasília. Nossa Diretoria e assessores mantêm presença constante no Congresso Nacional (seja na defesa de nossos interesses ou de projetos de lei que afetam o servidor), nos Ministérios da Previdência Social, Fazenda e na Secretaria de Administração Federal, além de devotarmos atenção especial ao que se passa no GEAP. Começamos a atuar também no Judiciário Federal, onde protocolamos ações judiciais em defesa de direitos dos previdenciários que não foram reconhecidos administrativamente.

*Mas essa presença não se limita apenas a questões reivindicatórias. Tem sido uma constante na diretoria da **Anasps** o oferecimento de sugestões, propostas, emendas, projetos e estudos no sentido de contribuir para a solução dos problemas que vão surgindo na nossa esfera de atuação. Em curto prazo, essa prática fez com que a nossa entidade se tornasse uma das mais respeitadas no país, com credibilidade pública em constante alta.*

No plano interno, nossa preocupação tem sido a de informar bem e de forma eficiente aos nossos associados a respeito das ações que estamos desenvolvendo em seu benefício. Nosso lema é mais ações e menos discursos, e tem sido conduzido com extremo zelo, com grande respeito à verdade dos fatos. Sem alardes ou palanques festivos, estamos construindo uma grande e respeitável associação.

EXPEDIENTE

Jornal da ANASPS - Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social SBN - Ed.Paulo Maurício - 6º andar - S/604-608 - Telefone/Fax: (061) 321.2154 Brasília/DF - CEP 700040-904.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo César de Souza(SC)

Vice-Presidentes:Política de Classe: Verônica Maria Monteiro da Rocha(DF). **Aposentados e Pensionistas:** José Mário Teperino(SP). **Financiamento, Orçamento e Finanças:** Márcia Regia Horta Piva(SP). **Administração e Patrimônio:** José Luiz Francisco(SP). **Comunicação Social:** Francisco das Chagas Câmara Rayol(DF). **Relações Parlamentares:** Luiz Augusto do Espírito Santo(GO). **Assuntos Judiciais:** Maria Emilce Alves Coelho(DF). **Serviços Assistenciais:** Júlio Pinheiro de Carvalho(DF). **Desenvolvimento Cultural e Recreativo:** Ivone Resende Paniago(DF) - (Mandato: 02/1993 a 02/1995)

Editado pela Texto & Cia. - Consultoria em Comunicação

SCS - Edifício Goiás - Sala 118 - Fone(061) 322.1675 - Fax:(061) 322.1408- CEP 70317-900 - Brasília-DF.

Editor: Luís Joca - **Redator:** Luís Eduardo Costa. **Diagramação e Arte** - Laboratório do Papel SCS - Edifício Planalto, loja 8, Fone(061)322.7991, Fax(061)322.7941. **Ilustração** - Lane

Impressão: Laboratório do Papel

DEFESA INTRANSIGENTE

Não aceitaremos perda salarial provocada com a nova Medida Provisória do Executivo

O relator da Medida Provisória(MP) 457, Neuto de Conto (PMDB-SC), sucessor do deputado Gonzaga Mota (PMDB-CE), relator da MP 434, que instituiu o Plano Econômico, não acatou a proposta da **Anasps** de criar uma data-base especial para os servidores em julho deste ano, onde se discutiriam as eventuais perdas salariais decorrentes da conversão dos salários para a URV. De imediato, começamos a mobilizar parlamentares no Congresso para quando a MP estiver sendo votada no plenário ser estendido aos servidores o mesmo mecanismo compensatório proposto para o setor privado.

Durante os meses de março e abril a Diretoria procurou sensibilizar os dois relatores para a importância de se garantir uma alternativa aos servidores públicos de modo a evitar perdas salariais nessa transição para a nova moeda. Isso, infelizmente, tem sido uma tradição de todos os planos econômicos nos últimos 8 anos. Desta vez, se nossa proposta for aprovada pelo plenário, representará um ganho médio de 5,28% reais, em relação à atual média de vencimento dos servidores.

Negociação

Como argumentamos com o deputado Neuto de Conto, no encontro ocorrido no início de abril, utilizando inclusive um quadro demonstrativo, a redação dada ao artigo 27 da Medida Provisória pune os servidores federais em janeiro de 1995, pelo simples fato de receberem seus vencimentos antes do dia 30 de cada mês. É bom lembrar que os funcionários do Executivo estarão recebendo o pagamento no dia 22 de cada mês, a partir de julho, conforme decreto assinado pelo presidente Itamar Franco. Isso poderá significar que não teremos, na data-base de 1º de janeiro de 1995, a recuperação de eventuais perdas com a conversão em URV, nem ganhos reais de salários.

Infelizmente ele não propôs mudanças no artigo 27, tendo apenas garantido aos servidores, em janeiro de 95, a incorporação de eventual perda decorrente da inflação na nova moeda, o Real. Já para os trabalhadores da iniciativa privada, Neuto de Conto propôs, e foi aprovada pela Comissão Mista, a criação de um mecanismo compensatório, capaz de evitar perdas salariais, mediante recálculo dos salários hipotéticos (com base na política salarial então vigente), relativos ao quadrimestre de 03 a 06 de 1994. Como podemos ver, mais uma vez o servidor é discriminado. Continuaremos, contudo, na luta.

Em busca da Gratificação de Desempenho Previdenciário

Há algum tempo a **Anasps** vem procurando sensibilizar as autoridades do Ministério da Previdência Social e da Secretaria de Administração Federal, buscando a transformação da GAE em Gratificação de Desempenho Previdenciário(GDP), dotada das seguintes características:

O valor da GDP seria bem maior do que o da GAE;

A GDP seria composta de duas parcelas, uma delas(mais ou menos 30% do valor) atribuída ao servidor, e, a outra, paga segundo a produção individual e/ou grupal;

Os critérios de aferição da produção individual/grupal seriam previamente fixados, de forma que, pelo bom desempenho, todo servidor pudesse alcançar o valor máximo permitido da GDP;

A GDP seria diretamente proporcional ao último padrão de vencimento da categoria funcional a que pertencer o servidor;

Os critérios objetivos de aferição seriam fixados tanto para a atividade fim como para a atividade meio do órgão previdenciário;

A GDP poderia ser introduzida no sistema previdenciário sem qualquer problema, antes mesmo da implantação do plano de carreira, pois ela guarda perfeita compatibilidade com as diretrizes do sistema de carreiras, que está em discussão no Congresso Nacional.

CARTA DO LEITOR

JUNE VIEIRA MACHADO MARTINEZ
AV. ATAULFO DE PAIVA, 566/1101
LEBLON - RJ

Sr. Presidente, primeiramente meus parabéns pelas propostas e projetos em defesa dos servidores. Precisamos, na verdade, de uma Associação séria, responsável, que lute pelos anseios dos funcionários. Queira aceitar meus comprimentos. Na oportunidade, ofereço meus serviços como colaboradora aqui no Rio de Janeiro.

Mat. SIAPE - 090981.

ASSISTÊNCIA PATRONAL

GEAP: Quatro anos de decadência

As preocupações do servidor previdenciário com a degradação da Assistência Patronal nos últimos anos são notórias, palpáveis e alcançam todo o Brasil. As mais constantes e reiteradas reclamações que a **Anasps** recebe, dizem respeito à vertiginosa queda da assistência à saúde dos usuários, prestada pelo GEAP, angustiando todos que dela necessitam, especialmente a grande massa de servidores que não dispõe de assistência alternativa.

Não resta dúvida de que a criação do Geap, em 14 de março de 1990, no apagar das luzes do Governo Sarney, ocorreu através de instrumento de legalidade discutível (portaria ministerial). Para nós, seus milhares de usuários, em pouco tempo, isso trouxe aumento de contribuição e grave e constante redução dos serviços e benefícios. A penúria do GEAP, em estado pré-falimentar, é o melhor atestado de que sua criação foi um grosseiro erro de avaliação, instrumentado numa medida administrativa no mínimo equivocada.

Reconstrução

Não basta, entretanto, repudiar os erros passados, é necessário também o esforço de todos no sentido de reconstruir nossa Patronal que um dia foi o melhor salário e a maior garantia de todos os servidores previdenciários e seus dependentes. Alertamos, contudo, que existem algumas lideranças, poucas, felizmente, preconizando os mesmos remédios que infelicitaram a entidade e são os responsáveis pelo seu agudo grau de penúria. As soluções têm que ser buscadas com tranqüilidade e racionalidade, em nível profissional, devendo ser repelidas de pronto sugestões demagógicas e/ou oportunistas, que tantos males causaram ao GEAP e ao seu um milhão de assistidos.

Estamos publicando neste número, sob a forma de encarte, um documento editado pelo novo interventor do GEAP e que serviu de base para a discussão com as entidades representativas dos usuários, em reunião realizada no dia 12 de abril. Leia com atenção, reflita sobre o conteúdo do documento, e aprofunde nas reais causas que conduziram nosso sistema de atendimento médico à degradação em que hoje se encontra. A diretoria da nossa entidade está desenvolvendo estudos para oferecer sugestões que permitam estimular o ressurgimento da Patronal. Queremos que a partir de agora ela seja administrada de forma profissional, sob permanente supervisão dos usuários e das entidades que os representam, prestando os serviços que, esperamos, sejam oferecidos em padrões de qualidade e quantidade compatíveis com a clientela. Queremos ainda que o GEAP fique imune ao descontrole e à incompetência, marcas de suas sucessivas administrações nos últimos anos.

Auxílio-Alimentação virá integralmente

Conforme já divulgamos em nosso informativo de caráter urgente, via fax, o Governo Federal prepara a inclusão, através de Medida Provisória ou Projeto de Lei, de dispositivo garantindo o pagamento do auxílio-alimentação, em valor integral, aos servidores sujeitos a jornada semanal de trabalho de 30 horas.

Roberto Magalhães agradece o jornal

O deputado federal Roberto Magalhães(PFL-PE) após receber o **Jornal da Anasps** enviou telegrama à nossa diretoria onde afirma o seguinte: "agradeço remessa do informativo **Anasps**, oportunidade em que manifesto concordância suas preocupaões destino Previdência, particularmente, situação segurados. Atenciosamente, Roberto Magalhães".

Erramos

Na matéria da página 8, na última edição, que tem como título "Nomeado novo interventor pelo governo para tentar resolver logo a crise no GEAP", na última linha do primeiro parágrafo leia-se "Não foi o que aconteceu", ao invés de "Foi o que aconteceu", como publicado.

Na mesma página, na matéria com o título "Revisão ameaça conquistas dos servidores", em seu segundo parágrafo, leia-se "vantagens concedidas aos servidores da ativa", ao invés de "vantagens concedidas aos servidores aposentados".

IMPÉRIO DA LEI

Perdas salariais serão recuperadas na justiça

Em reunião extraordinária a **Anasps** decidiu, no dia 29 de março, entrar com medida judicial contra as perdas salariais dos Servidores da Previdência Social decorrentes das Medidas Provisórias 434 e 454, que instituíram o Plano Econômico. A ação será impetrada pelo escritório de advocacia do Dr. Antônio Torreão Braz Filho, que já dá assistência jurídica à Associação em outros processos, como o pagamento da URP de fevereiro de 1989, a extensão aos associados da **Anasps** do reajuste de 28,86%,

concedido aos servidores militares em janeiro de 1993 (Processo no. 94.5495-5) e o adiantamento pecuniário, inclusive sua respectiva incorporação, indevidamente excluído da remuneração dos servidores previdenciários (Processo no. 94.5494-7).

Na mesma data, o Dr. Torreão também deu entrada na Justiça Federal, representando todos os nossos associados, no Processo no. 94.5496-3, cobrando o pagamento da diferença da URP referente ao mês de fevereiro/89(26,05%).

Governo encaminha projeto que concede quintos aos servidores

O Governo encaminhou ao Congresso Nacional, no mês passado, um projeto de Lei dispondo sobre a remuneração dos cargos em comissão e definindo critérios de incorporação de vantagens de que trata a Lei nº 8112, de 1990. Uma das novidades desse projeto que alcança os servidores de um modo geral é que ele regulariza e mantém os quintos concedidos, inclusive aqueles baseados em tempo de serviço federal prestado sob regime trabalhista, o que vinha provocando problemas com o Tribunal de Contas da União(TCU), quando do registro da aposentadoria do servidor.

Para a **Anasps**, o envio do projeto ao Congresso foi uma vitória, pois há vários meses vínhamos lutando junto a Secretaria de Administração Federal para a regularização desse assunto, bem como de outros como o artigo 62 da Lei 8.112 - Regime Jurídico Único. Estamos acompanhando de perto a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados. Voltaremos a tratar do assunto brevemente.

Anasps recebe no DF Comunicadores Sociais

O presidente Paulo César de Souza e outros membros da Diretoria receberam, em nossa sede. em Brasília, este mês, os Comunicadores Sociais do INSS de vários Estados que estavam na cidade para um encontro. A confraternização serviu para uma aproximação maior do órgão com a nossa entidade, o que permitirá em breve um intercâmbio de informações sobre a situação dos servidores previdenciários, da ativa e aposentados, de todo o Brasil.

Agasens nos representa no Rio Grande do Sul

Foi com satisfação que recebemos ofício da Associação Gaúcha dos Servidores de Nível Superior da Previdência Social, a **AGASENS**, nos informando que, através de assembléia geral, aquela entidade, decidiu que poderia representar a **Anasps** no Rio Grande do Sul. Óbvio que, de imediato, concordamos com a decisão que nos honra e distingue. Assim, a partir de agora, naquele Estado, nossos associados podem se dirigir à Diretoria daquela entidade, presidida por Sérgio Drebes, à Rua dos Andradas, no. 670, 7o. andar, sala 5, ou pelos telefones (051) 225.8000/4217 ou 473.1154.

ARTIGO

Não faça do seu voto uma arma contra você

*Carlos Mota Coelho

Enganam-se os que estão imaginando que a não-realização da Revisão Constitucional porá fim ao risco que correm os trabalhadores, servidores públicos e aposentados do nosso País.

Acompanhamos passo-a-passo as investidas, às claras ou subrepticiamente, dos grupos econômicos poderosos interessados apenas em enriquecer ainda mais, sem se preocupar que esse enriquecimento seja às custas do sofrimento do povo brasileiro.

Como presidente da Associação Nacional dos Procuradores da Previdência Social - ANPPREV e sócio-fundador da ANASPS, identificamos esses grupos, situamos suas iniciativas e atuamos no sentido oposto, unindo os nossos sentimentos e trabalho a outras entidades de classe que vêem em primeiro lugar o interesse do nosso País e do nosso Povo.

A clarividência de ponderável grupo de parlamentares, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, em sintonia com o povo brasileiro e seus anseios legítimos, após ouvirem nossas ponderações, criou justificado clima de repúdio às propostas exdrúxulas, as quais encontraram eco sobretudo no Relatório da Revisão Constitucional.

Pouco a pouco as vozes foram levantando-se, os pontos-de-vista foram sendo esclarecidos e estamos vendo o esvaziamento da Revisão Constitucional.

Não somos radicais ao ponto de não admitirmos que alguma coisa deva ser modificada, aperfeiçoada, até para fortalecer e assegurar a continuidade das conquistas sociais consagradas na Constituição Federal de 1988. Entendemos que essas mudanças devam ocorrer, após minuciosos e prolongados debates com a sociedade e com as entidades de classe que representam os diversos segmentos que a compõem. O que não podíamos estar a favor era de que grupelhos, na calada da noite, em gabinetes escuros dos subsolos do Congresso articulassem - com objetivos inconfessáveis, a soldo apenas do poder econômico - contra todo o interesse maior da sociedade brasileira, em especial dos trabalhadores, servidores e aposentados, vale dizer, contra a força produtiva da Nação!

"Grupos econômicos vão fazer de tudo para eleger quem lhes interessa"

"O voto consciente é a melhor arma que o povo dispõe para enfrentar o poder"

Afastado o perigo maior inicial, novos problemas conseguimos identificar: os que foram batidos fragorosamente pelo NÃO À REVISÃO, rearticulam-se no sentido de adiar para o próximo Congresso e o próximo Governo as alterações que pretendiam fossem feitas agora. Como? Simples: os mesmos grupos econômicos vão fazer de tudo, mobilizar céus e terras, polpudas somas de dinheiro forte - em dólar, sim - para eleger aqueles que lhes interessam. Pretendem fazer grande e esmagadora maioria de Senadores e Deputados à custa do poder econômico, ainda que exista legislação que regule as doações de campanha.

Para nos contrapormos a esse avassalador rolo compressor que os inimigos dos trabalhadores, dos servidores e dos aposentados pretendem montar em 3 de outubro no próximo Congresso Nacional, precisamos agir com a cabeça, usar a inteligência e demonstrar com o NOSSO VOTO CONSCIENTE, a maior e melhor arma de que o Povo dispõe, que acima do poder do dinheiro está o poder da vontade correta do eleitor brasileiro.

***Carlos Domingos Mota Coelho** é Procurador do INSS/MG, preside a Associação Nacional dos Procuradores da Previdência Social e foi, durante 17 anos, dirigente de Recursos Humanos daPrevidência Social em Minas Gerais.

PERDA RECUPERADA

Servidores serão ressarcidos do prejuízo no pagamento com URVs a menos em março

A Diretora de Recursos Humanos, Dra.Maria Cecília Landim, assegurou ao **Jornal da Anasps** que a folha de pagamento dos servidores previdenciários, relativa a março/94, foi paga no dia 05 de abril(2o.dia útil), com o valor da URV de cinco dias antes, mas, a diferença em quantidade de URVs, devidamente atualizada, será devolvida no contracheque de abril. Esse mesmo procedimento será adotado nos meses seguintes, sempre que o valor pago não corresponder ao valor da URV do dia da liberação do crédito em conta.

Plano retomado

A Diretora de Recursos Humanos pretende, já a partir de maio, conforme orientação do Presidente do INSS, retomar a discussão com as entidades representativas de servidores, relativamente ao Plano de Carreiras para a Previdência Social, tendo como base o anteprojeto elaborado durante a gestão do ex-ministro Antonio Britto, feitas as adaptações necessárias para enquadrá-lo nas diretrizes fixadas pelo Governo e que estão sendo discutidas no Congresso Nacional.

O Plano de Carreiras da Previdência Social, segundo a Diretora, além de sensível melhoria dos serviços previdenciários, em proveito da grande massa de trabalhadores aposentados e ativos, tem como objetivo a profissionalização do servidor, segundo os pressupostos de mérito e competência. Os servidores de nível médio, terão aumentadas suas aspirações de crescimento nas respectivas carreiras, fruto de sua formação profissional. Hoje, dos cerca de 30.000 agentes administrativos, 20.000 pelo menos, têm diploma de nível superior.

A **Anasps**, na oportunidade dessa discussão, levará os subsídios que está coletando para a elaboração de seu anteprojeto do Plano de Carreiras.

Diretoria debate Plano de Carreiras dos Servidores

A diretoria da **Anasps** já iniciou a discussão com um grupo de especialistas e de servidores para elaborar um anteprojeto de Plano de Carreiras para os servidores da Previdência Social, segundo as diretrizes em discussão no Congresso Nacional.

O objetivo dessa discussão é permitir, em seguida, um debate do anteprojeto com as demais entidades dos servidores previdenciários. Nesta oportunidade, pretendemos acolher outras propostas e sugestões que visem a aperfeiçoar o trabalho.

Após concluirmos esse processo iremos , em conjunto, discutir o anteprojeto com o Ministério da Previdência Social e com a Secretaria de Administração Federal. Nosso objetivo é criar condições de implantá-lo como prioridade no âmbito previdenciário, como noticiamos anteriormente.

Nosso representante nos Estados está junto de você

Para facilitar o contato dos filiados, ou não filiados com a **Anasps**, temos à disposição dos servidores da Previdência um representante da nossa entidade nos Estados. Divulgamos os nomes deles e seus telefones. Em algumas unidades da Federação ainda os estamos escolhendo.

Abaixo a relação atualizada:

ACRE - Francisca Jaidete Viana de Carvalho(068-224.2590); **CEARÁ** - Joaquim José de Carvalho(085-211.7415); **DISTRITO FEDERAL** - Alvimar Macêdo Silva(061-313.4903/313.4719); **GOIÁS** - Maria Dilma de Alencar Lima(062-291.1212); **MATO GROSSO DO SUL** - Leonardo Freire Tomaz(067-382.4727); **MINAS GERAIS** - Miguel de Britto Guimarães Filho(031-201.3943); **PERNAMBUCO** - Gilberto Galhardo Pessoa de Vasconcelos(081-224.3966); **RIO GRANDE DO NORTE** - Maria Leide Câmara de Oliveira(084-222.8047); **RIO GRANDE DO SUL** - Diretoria da Agasens(051-225.8000/4217 e 473.1154); (**RONDÔNIA** - Sara Xavier dos Santos Cavalcante de Oliveira(069-224.3554); **SANTA CATARINA** - Manuel Nazareno Costa(0482-29.3212); **SÃO PAULO** - José Luiz Francisco(011-228.9915); **TOCANTINS** - Maria de Jesus Alves Dias(063-821.4289).

NOTAS

Adiantamento pecuniário

O processo que trata do restabelecimento do adiantamento pecuniário, indevidamente excluído da remuneração do servidor previdenciário, continua sob exame no âmbito da Administração. A **Anasps** continua acompanhando passo a passo sua tramitação. A Diretoria tem grande esperança de ver o assunto resolvido em instância administrativa.

FGTS: Como sacar seu fundo

Os servidores previdenciários que passaram do regime celetista para o estatutário, a partir da Lei nº 8.112, podem receber seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Basta comparecer a qualquer agência da Caixa Econômica Federal , munido da respectiva Carteira de Trabalho e Previdência Social e preencher o formulário próprio de saque do FGTS. Depois é ficar aguardando a comunicação da Caixa, a ser feita diretamente para o endereço indicado pelo servidor.

Sede vai garantir um melhor atendimento aos Servidores

Em solenidade que contou com a presença de várias autoridades, jornalistas e representantes de entidades dos servidores, a **Anasps** inaugurou a 27 de abril passado suas novas instalações no Setor Bancário Norte de Brasília. Depois de meses funcionando precariamente no local, podemos contar a partir de agora com uma sede bem estruturada, onde foram instalados computador, telefones e fax para melhor atender aos nossos associados.

Anasps terá sala nossos para os assosciados no Rio

A **Anasps** deverá inaugurar, ainda no mês de maio, uma sala para os associados no Rio de Janeiro. O presidente da entidade irá ao Rio especialmente para a inauguração e dar posse ao nosso representante no Estado. Isso permitirá uma participação maior do servidor na **Anasps**.

REVISÃO

Reinhold Stephanes não vê complicação na área de seguridade social

O ex-ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, deputado federal pelo PFL do Paraná, assegura que são quatro os principais pontos a serem defendidos durante o processo de revisão da Constituição Federal no que se refere à Seguridade Social: a criação do regime geral restabelecendo o caráter contributivo, ou seja regime igualitário onde todos contribuem; a introdução do fator de idade mínima mais tempo de contribuição; a previdência complementar para os salários mais elevados; e a redução dos encargos sobre a folha de salários.

Garantir direitos

Para o deputado, certamente os direitos adquiridos e as expectativas de direito geradas (atendendo aos já aposentados ou próximos da aposentadoria) devem ser respeitados e haverá um período de transição para o novo sistema de previdência. Assim, explica que seria utópico não admitir condições específicas destinadas a atender situações peculiares de categorias profissionais, como servidores públicos civis e militares em atividades que, por sua natureza, são nitidamente exercidas em condições prejudiciais, e devem ter critérios definidos e prazos ajustados proporcionalmente às indicações técnicas.

Stephanes acredita que, conceitualmente, já existe consenso entre a maioria dos congressistas sobre as linhas básicas de um novo modelo de previdência, "com mudanças profundas, mas conscientes e sem paternalismos", daí, não ser necessário que o servidor público, corra em busca da aposentadoria. Para ele, os direitos deste estão garantidos.

Salário mínimo: discriminação odiosa

A imprensa anunciou, no último mês, estudos no âmbito do Governo para a recuperação do salário mínimo até alcançar o valor correspondente a 100 dólares mensais. Nada mais justo. Ocorre, como a própria imprensa vem registrando, que essa recuperação do mínimo não alcançaria o servidor, além dos aposentados e pensionistas da Previdência Social.

O Governo faria isso através de um truque, já que pela Constituição não pode haver discriminação em relação ao salário mínimo, que deve ser igual para todos: nos próximos meses, dará uma série de abonos para o salário mínimo, mas apenas para o setor privado. A diretoria da **Anasps** já começou a se movimentar junto as autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo para torpedear essa proposta. Se ela for concretizada, não tenham dúvidas, recorreremos à Justiça.

COMO ESTÁ A ASSISTÊNCIA PATRONAL

Este encarte é uma publicação de cortesia da Anasps

GEAP

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Relatório do interventor, Sr. Ricardo Ackel, apresentado na reunião com entidades que representam os usuários, no dia 12/04/94. A **Anasps** esteve representada pelo seu presidente, Paulo Cesar de Souza

PRESSUPOSTOS:

1) O GEAP é uma instituição importante à qualidade de vida de seus clientes;

2) Ela existe para prestar serviços de qualidade a seus clientes;

3) Tais serviços não são benesses nem favores pois os clientes e as entidades empregadoras (patronais) pagam por eles;

4) A intervenção é um momento atípico da instituição e deve ser conduzida com respeito aos clientes com rigor de procedimentos, eficiência e brevidade, visando restabelecer no GEAP as condições saudáveis que possibilitarão a ela uma normalidade administrativa;

MISSÃO:

VIABILIZAR O GEAP PARA PRESTAR SERVIÇOS AOS SEUS CLIENTES, DE FORMA SUSTENTADA, E CONDUZI-LO A UMA NORMALIDADE ADMINISTRATIVA NO MAIS CURTO PRAZO DE TEMPO.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1) Sanear as irregularidades e o déficit financeiro;

2) Resgatar a qualidade dos serviços;

3) Promover as reformas necessárias ao desenvolvimento sustentado;

ESTRATÉGIAS:

1) Gestão participativa;

2) Planejamento estratégico;

3) Profissionalização dos seus empregados e modernização organizacional;

4) Gerência para a Qualidade Total, com ênfase na satisfação da clientela;

ANÁLISE DE SITUAÇÃO

1) SITUAÇÃO FINANCEIRA

A) Quebra do Fundo de Assistência Médica:

* Déficit financeiro de CR$ 1,3 bi, transferido de março para abril;

* Atrasos freqüentes nos repasses de receitas pelas patronais;

* Questionamento e retenção, pelo Ministério da Saúde, do O,8 do INAMPS;

* Pendências judiciais e administrativas referentes à correção monetária por atrasos nos pagamentos das patrocinadoras;

* Pendência da chamada "dívida histórica" do INSS;

* Arrecadação entre 180 (máx) e 120(min) dólares por assistido/ano(que corresponde entre 15 e 10 dólares por assistido/mês), considerada insuficiente para manter os programas assistências previstos no PROASP. Os planos de auto-gestão gastam a média de US$ 20 e os privados US$ 30 por assistido/mês;

* Considerável número de designados, fora do núcleo familiar básico, e que somente geram despesas e nenhum tipo de receita. Esse problema é agudo e conjuntural, mas com reflexo no problema estrutural - com excessivo número de assistidos com baixo custeio per capita;

COMO ESTÁ A ASSISTÊNCIA PATRONAL

B) Inviabilidade a médio prazo do Fundo de Pecúlio:

* Fundo com quase 30 milhões de dólares para um capital total assegurado de 759 milhões de dólares;

* O Fundo deveria estar com reservas de 300 milhões de dólares para fazer frente ao montante do capital assegurado;

* Dos 112.249 segurados, há 69.966 ativos, 31.869 aposentados por tempo de serviço, 1.323 aposentados por invalidez e 9.901 cônjuges;

* Uma corrida às aposentadorias já colocaria em risco este Fundo que, mesmo sem esta eventualidade, apresenta prognóstico sombrio a médio prazo(5 anos);

* O que se desconta dos segurados, entretanto, é alto, dos mais caros seguros do mercado, segundo resultado de pesquisas no mercado;

* O Fundo apresenta, portanto, uma uescapitalização relativa ao capital total assegurado e projeta-se no tempo;

* Estas informações decorrem de uma análise preliminar que nos remetem a uma revisão de cálculos atuariais;

C) Fundo de Administração, excessivamente dispendioso:

* O Fundo de Administração apresenta contas equilibradas, porém, sem nenhuma reserva técnica;

* Os custos administrativos são bastante elevados(quase 30% das despesas assistenciais). Tal exorbitância decorre em parte devido à compressão das despesas assistenciais que vêm sendo praticadas nos últimos meses, como também do altíssimo custo de algumas despesas específicas, como é o caso do processamento de dados(470 mil dólares mensais) e de um alto custo da folha de pagamento do pessoal, decorrente de uma estrutura de cargos comissionados super-dimensionada;

2) SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS

A) Desmanche do Plano de Assistência à Saúde:

* O plano de assistência à saúde deveria cobrir todos os eventos patológicos, desde a prevenção e promoção de saúde, até sua recuperação e reabilitação;

* Em função do desequilíbrio estrutural entre o custeio e a despesa, e diante do colapso financeiro do Fundo de Assistência, os serviços passaram a sofrer restrições;

* Como as restrições foram repassadas apenas em termos orçamentários-financeiros, as direções regionais do Geap, cada um procedeu aos cortes que julgou conveniente, produzindo um mosaico heterogêneo de benefícios assistenciais e restrições nas várias unidades da Federação;

B) Desmanche do Plano de Assistência Social(ou ajuda Supletiva):

* Em função da crise financeira e pela falta de planejamento, os benefícios de ajuda supletiva foram praticamente desativados;

C) Acesso aos Serviços:

* Na maioria das regionais o acesso aos serviços é precário pelo desinteresse e descredenciamento dos prestadores de serviço, em função das irregularidades do calendário de pagamento;

* Merece registro, também, que não existe urna política ou um sistema moderno e eficiente de atendimento ao cliente devidamente organizados;

* Não há uma política de contratações de serviços que viabilize uma rede assistencial eficiente aos assistidos;

COMO ESTÁ A ASSISTÊNCIA PATRONAL

3) SITUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A) Planejamento Estratégico:

* Não há definição estratégica da Missão, Objetivos, Estratégia e Políticas Institucionais;
* Não há planos diretores nem diretrizes a longo prazo;
* A própria identidade jurídico-institucional tem sido questionada e carece da definição;
* Aspectos regimentais têm sido questionados e a estrutura precisa ser revista. Existe um consenso de que ela é inadequada e super-dimensionada;
* Não existe um plano de custeio e um plano de benefícios consentâneos;

B) Organização, sistemas e métodos de trabalho:

* Pela carência de definições estratégicas, a organização do trabalho é intuitiva, arcaica e deficiente;
* O sistema de pagamento de contas hospitalares utilizado na Geap foi abandonado pelo INAMPS em 1979, por favorecer a fraude, dificultar o controle e as auditorias analíticas;
* O processamento de dados é inadequado e extremamente dispendioso, não faz críticas e não inibe a fraude;
* Não existe um sistema ou mesmo simples ações de comunicação com usuário;

C) Recursos Humanos:

* Não há definição dos postos de trabalho, tampouco do perfil profissiográfico do corpo funcional;
* Não há uma política de treinamento de desenvolvimento de recursos humanos;
* Os equipamentos de informática, na sua maioria, está locada da Consulprev ou cedida pela Dataprev;

D) Patrimônio:

* O GEAP praticamente não tem patrimônio próprio, exceto um imóvel em Vitória, algumas linhas telefônicas e 3 veículos;
* Não tem política de consolidação patrimonial e depende totalmente das patronais em termos de utilização de imóveis, móveis e recursos de telecomunicações;

4) SITUAÇÃO DA AUDITORIA, CONTROLE E AVALIAÇÃO

A) Auditorias Externas:

* Há uma comissão de Inquérito, designada pelo primeiro interventor, com conclusão prevista para 30/04, instalada para rever os atos de procedimentos da direção afastada;
* Há uma auditoria em andamento, feita pela empresa Bianchessi, também pedida pelo primeiro interventor, examinando o sistema Creden, em São Paulo;
* Estão, ainda, pendentes da Bianchessi: análise de balanço de 1993 e a perícia determinada pela justiça, sobre a dívida histórica do INSS;
* Está em curso uma auditoria externa, determinada pela direção regional do DF, sobre as contas do Hospital Anchieta, de Taguatinga, em fase final dos trabalhos;
* Corre na Justiça do Rio de Janeiro um processo contra a empresa CEMEPRO, onde foram encontradas irregularidades na prestação de serviços aos clientes do GEAP;

B) Auditoria Interna:

* São precários os controles internos, o que aponta para a necessidade de reformulação da Auditoria Interna, seu aperfeiçoamento e sua reconstrução agregada a uma auditoria de serviços e controle de qualidade;

COMO ESTÁ A ASSISTÊNCIA PATRONAL

C) Controles e Convênios:

* Há necessidade imperiosa de revisar todos os contratos e convênios;
* Todos os convênios feitos nos últimos dois anos, com patronais, apresentam débitos de repasse dos valores de custeio;
* Há vários contratos perversos ao GEAP, de altos custos e baixa qualidade;
* Não há contratos entre o GEAP e os prestadores de serviços assistenciais o que representa uma falha administrativa e legal, grosseira, que deve ser sanada com rapidez;
* Não há contrato com as patrocinadoras, instituidoras do GEAP;

5) SITUAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL

* A cultura organizacional é fortemente marcada por suas origens do serviço público;
* Há permanente tentativa de interferência de políticos;
* Não há suficiente sentido de profissionalização dos empregados do GEAP e é evidente o baixo compromisso com os contribuintes/clientes assistidos;

PLANOS DE AÇÃO

A) AÇÕES IMEDIATAS

* Ajustes do fluxo de pagamentos para suportar a queda de caixa;
* Intensificação de esforço no recebimento dos créditos;
* Revisão, rescisão e auditoria do contrato de processamento de dados;
* Rescisão dos contratos de assessores dispensáveis;
* Revisão do contrato de empresas de auditoria;
* Revisão da estrutura e dos cargos comissionados;
* Reunião de trabalho com assessores e gerentes da Direção Geral;
* Reunião de trabalho com todos os diretores regionais;
* Preparação da reunião com representantes dos clientes;
* Ajuste da equipe de técnicos necessários ao trabalho de interventoria;
* Programação do seminário de planejamento estratégico, marcado para 25/29 de abril, com 40 pessoas - 10 diretores estaduais/10 técnicos convidados/10 assessores e gerentes da DG /5 representantes dos usuários e 5 das entidades patronais;
* Reforma do Sistema de Auditoria e desencadeamento do processo de auditoria com profissionais técnicos de contabilidade e financeiros, com recursos do INSS e do Ministério da Saúde;

B) AÇÕES MEDIATAS

* A partir das definições e alternativas levantadas no seminário de planejamento estratégico, as conclusões serão apresentadas aos clientes para ajuste das propostas que deverão estar definidas no mês de maio, a partir de quando será desencadeada a implantação de novas políticas de serviços, custeio, da estrutura organizacional e métodos de trabalho.

OBS.: As reuniões com representantes dos usuários e das entidades patronais deverão repetir-se mensalmente, sempre às segundas terças-feiras de cada mês, com início às 14horas.

INSERIDO NO *JORNAL DA ANASPS*
ANO 2 - Nº 7, ABRIL DE 1994
PERMITIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL.
ROGA-SE APENAS QUE CITE A FONTE.